

SUMÁRIO

Apresentação – Proteção Social na Encruzilhada <i>Alexandre Agra Belmonte</i>	11
--	----

PROTEÇÃO SOCIAL E PANDEMIA: RESPOSTAS LEGISLATIVAS PERANTE A VELHA E A NOVA POBREZA

Princípios de coordinación de las rentas mínimas en la Unión Europea <i>Princípios de coordenação de renda mínima na União Europeia</i> <i>Prof. Dra. Thais Guerrero Padrón</i>	17
---	----

Auxílio Emergencial e Bolsa Família: gestão e eficiência - Uma análise a partir de seu papel na distribuição de direitos <i>Dr. José Claudio Monteiro de Brito Filho</i>	33
---	----

El ingreso mínimo vital un año después de su implantación en España <i>Experiências do Ingresso Mínimo Vital na Espanha um ano depois</i> <i>Dr. Guillermo Rodríguez Iniesta</i>	43
--	----

Algunas incongruencias del ingreso mínimo vital con el pilar europeo de derechos sociales: y la pobreza sigue ahí <i>Algunas incongruências do ingresso mínimo vital com o pilar europeu de direitos sociais: e a pobreza segue aí</i> <i>Dra. Pepa Burriel Rodríguez-Diosdado</i>	61
---	----

Ingresso mínimo vital – solução para a precariedade e a pobreza? <i>Dr. Georgenor de Sousa Franco Filho</i>	81
--	----

Proteção social de grupos vulneráveis na pós-pandemia <i>Dra. Joselita Nepomuceno Borba</i>	89
--	----

“Protección social e ingresos mínimos garantizados en la ue ¿Utopía o realidad?” <i>Mª Dolores Ramírez Bendala</i>	105
---	-----

DIREITO DO TRABALHO NA ECONOMIA DIGITAL

A proteção constitucional em face da automação <i>Dr. Marcelo Rodrigues Prata</i>	129
--	-----

La tutela de las condiciones laborales en los procesos de descentralización productiva: ¿qué mejoras cabría introducir en el régimen jurídico aplicable a las contratatas? <i>A tutela das condições trabalhistas nos processos de descentralização produtiva: que melhorias caberiam introduzir nos regimes jurídicos aplicáveis aos contratos?</i> <i>Dra. Amparo Esteve-Segarra</i>	143
Instrumentos para erradicar la brecha salarial <i>Instrumentos para erradicar a brecha salarial</i> <i>Dra. Elena García Testal</i>	163
As disfunções da negociação coletiva na atualidade <i>Dr. Gilberto Stürmer</i>	179
Competencia judicial internacional y ley aplicable en materia de seguridad social comunitaria <i>Profesora Dra. Dña. Ángela Martín-Pozuelo López</i>	197
Autocomposição em processo coletivo transnacional como superação dos problemas da lei aplicável e da competência judicial <i>Dr. Carlos Henrique Bezerra Leite e Graziela Argenta Zanetti</i>	215
Cuestiones actuales sobre la ultraactividad en la negociación colectiva en España <i>Jordi García Viña</i>	241

OUTROS ESTUDOS SOBRE TEMAS RELEVANTES

Impactos das novidades legislativas propostas durante a pandemia do Covid-19 nas relações trabalhistas <i>Ana Carolina Borges Oliveira e Frederico Toledo Melo</i>	273
Trabalho infantil e pandemia do Covid-19: reflexões acerca do caso Brasil <i>Ana Paula Motta Costa e Carolina de Menezes Cardoso</i>	283
Ação rescisória ou ação anulatória: qual o meio adequado para hostilizar a sentença passada em julgado oriunda da homologação judicial do acordo extrajudicial? <i>Anne Beatriz Moreira de Lacerda e Sergio Torres Teixeira</i>	297
Os acidentes de trabalho no Brasil (1919-1944): da responsabilidade civil ao seguro social <i>Arley Fernandes Teixeira</i>	313
O <i>home office</i> e a desreferencialização do trabalhador como núcleo do eixo produtivo na atual sociedade tecnocêntrica <i>Bráulio de Almeida Pereira Paiva</i>	327

O contrato de emprego em seus planos da existência, validade e eficácia: análise essencial de alguns de seus problemas atuais <i>Dartagnan Ferrer dos Santos</i>	345
Régimen disciplinario de los trabajadores reubicados en otra entidad laboral ante la pandemia del Covid-19 <i>Disciplinary regime for workers relocated to another labor entity during the Covid-19 pandemic</i> <i>Ernesto Carballosa Salerno</i>	361
Nuevos escenarios laborales digitales: “una aproximación al ciberacoso en el trabajo” <i>Esther Gómez Jiménez</i>	385
Derecho de información de los representantes de los trabajadores en la empresa en materia de teletrabajo, según la ley 10/2021 de 9 de julio, de trabajo a distancia <i>Dr. Francisco Pérez Amorós</i>	397
A responsabilidade solidária e subsidiária de coobrigados trabalhistas nos contextos de falência e recuperação judicial: <i>quid iuris?</i> <i>Guilherme Guimarães Feliciano</i>	415
Estado autoritário e liberalismo econômico: a crítica de schmitt à constituição econômica e aos direitos sociais da Constituição de Weimar de 1919 <i>João Alexandre Menegassi</i>	433
A possibilidade da dispensa por justa causa do trabalhador urbano e rural que recusar a vacina contra a Covid-19 <i>João Batista Martins César, Renata Prieto Furriel e Guilherme Araújo Toledo</i>	447
O exame do mérito em decisão do TST que não conhece de recurso de revista por ausência de transcendência <i>José Marcelo Leal de Oliveira Fernandes</i>	477
Judicialização das relações de trabalho no contexto constitucional brasileiro <i>Leonardo Soares Bello</i>	495
A síndrome de <i>burnout</i> no regime de teletrabalho em tempos de Covid-19 e sua caracterização como acidente de trabalho <i>Leticia V. de Bortoli</i>	509
As dificuldades do enquadramento sindical brasileiro diante dos novos modelos de negócios – Uma solução possível nas relações associativas? <i>Maria Lúcia Ciampa Benhame Puglisi e Paula Castro Collesi</i>	521

Proteção social na pandemia: programa emergencial para manutenção do emprego e renda e auxílio emergencial <i>Nelson Mannrich e Alessandra Barichello Boskovic</i>	537
Covid-19 e proteção facial constitucionalmente adequada: PFF2 para todos? <i>Priscila Maria Ribeiro e Guilherme Kirtschig</i>	549
Dispensa em massa e a obrigatoriedade de negociação coletiva <i>Priscilla Caldeira Carbone, Isabella Alelaf de Alencar Fraia e Fernanda Oliveira Pena Moraes</i>	565
A obrigatoriedade de o Ministério do Trabalho e Previdência exercer o controle de convencionalidade quando da edição ou alteração das normas regulamentadoras <i>Renato Sabino Carvalho Filho</i>	581
A aplicação trifásica do princípio da proporcionalidade no Direito do Trabalho <i>Renato Sabino Carvalho Filho e Luciani Coimbra de Carvalho</i>	597
Lei nº 14.151/2021: primados, consequências e divergências sobre a proteção da vida de gestantes e nascituros <i>Rodrigo Trindade</i>	611
Proteção social à empregada com descendente portador de necessidades especiais: notas sobre o Recurso de Revista de nº 11204 – 62.2017.5.15.0144 <i>Thereza Christina Nahas e Amália Rosa de Campos</i>	631
Responsabilidades e encargos de prestações do empregador pelo acidente de trabalho <i>Thiago Mendonça de Castro</i>	655
Discriminação por gênero e meio ambiente do trabalho <i>Yone Frediani</i>	669
Análise do conceito de dano existencial na jurisprudência brasileira <i>Rodrigo Coimbra e Marcel Medeiros Cabral</i>	681
El estatuto jurídico-protector del teletrabajador en el mercado económico digital. A propósito de la ley 10/2021 <i>Bárbara Torres García</i>	689
El derecho del trabajo de la emergencia Covid-19 desde una perspectiva de género <i>Fernando Fita Ortega</i>	709